

DOSSIÊ: ÁLCOOL E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS

Edson Olivari de CASTRO¹

Marcelo DALLA VECCHIA²

Marcos Muniz de SOUZA³

Silvio YASUI⁴

Meu fumo e minha ioga

Você é minha droga

Paixão e Carnaval

Meu Zen, meu bem, meu mal.

(CAETANO VELOSO)

As questões relativas às drogas despertam paixões! Mas, acima de todas, *paixões de poder!* Esse objeto fragmentado e fragmentável, que se insinua por toda parte (na horda de opressores, nos grupos de pressão), plural no espaço social (nas relações de Estado, de classes, familiares e privadas) e perpétuo no tempo histórico, o poder inscreve-se, para tanto, menos no grão das coisas do que na palha das palavras. Estas, legisladas pela linguagem e codificadas pela língua, como nos indicam as teorias jakobsonianas e barthesianas, *classificam* e, por isso, mais nos obrigam do que nos permitem dizer as coisas, E no que diz respeito ao tema desse Dossiê, não é diferente: se no holandês do século XVI a palavra *droog* referia-se a produtos naturais usados na gastronomia e no tratamento de doenças – nomeando qualquer substância contrária ao alimento, que não é assimilado pelo organismo como fonte de renovação e conservação, mas tem o poder de causar uma reação no corpo humano, mesmo que consumida em pequenas doses –, o mesmo não se dá a partir do início do século XX, que testemunhou um deslizamento de sentido da palavra droga, permanecendo a alusão ao *pharmakon*/medicamento, no discurso comum, apenas nos derivados como drogaria/farmácia, deslizamento cujas acepções do inglês *junk* (lixo, porcaria, droga, descartável) não escondem.

É assim que, ainda apegados aos sucessivos *aggiornamenti*⁵ da cosmovisão maniqueísta do Século III, passamos a sonhar (mais ainda, a combater por) e supor que

¹ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru, SP, Brasil. E-mail: edson.castro@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0834-0363>

² Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil. E-mail: mvecchia@ufsj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7537-3598>

³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil. E-mail: mmuniz.souza@gmail.com

⁴ Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, Brasil. E-mail: silvio.yasui@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5015-6634>

⁵ *Aggiornamento* é um termo italiano, que significa "atualização". Esta foi a encomenda feita para o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII em 1962. Algo deveria mudar (reforma da liturgia, pastoral, etc.), para que tudo continuasse como estava (seus dogmas e preceitos, p. ex.).

haveria a possibilidade de uma sociedade asséptica, ou como se diz na atualidade, do Bem; na qual *junkies* (drogados) seriam forasteiros indesejados, encarnações do Mal alheio, exterior. Por isso, de modo geral, quase nunca nos *implicamos* nos contextos de produção, distribuição e utilização dos *objetos* que “nos dão asas” – do cartão de crédito ao jogo de apostas (*Bets*), do álcool às substâncias psicoativas, legalizadas (e prescritas) ou não! Por isso é hegemônica a conversão deste *alheio* em doente/delinquente, assim como a prática de excluí-lo para dentro de nossas instituições médico-psicológicas ou jurídico-penais! Outrossim, nossas abordagens têm sido, de modo geral, fonte de estigmas, uma fabricação de *rostidades* que organiza, *classificando*, as multiplicidades – por conformidade ou desvio; hierarquizando proximidades, frequências, semelhanças, diferenças, etc. E como quem, narcisicamente, se imagina combatendo o bom combate, salvaguardamos o combatente, a batalha e a arma, numa espécie de generalização laica e perversa, do ‘tudo posso naquele que me fortalece’ (Filipenses, 4:13)!

Os textos que compõem esse Dossiê buscam produzir torções na comum e “estúpida retórica da América católica” (Caetano Veloso), buscando, cada um a seu modo, destacar singularidades, provocar fricções e colocar em questão tanto as armas e os combatentes quanto as batalhas: enfim, a lógica que resulta na Guerra às Drogas! Apresentam, então, temáticas alinhadas ao nosso tempo.

Em *Podem pessoas negras usar maconha para o bem-estar?*, de Luciana de Lima e Silva Surjus, Douglas Martins Nunes, Tadeu de Paula, Deivison Mendes Faustino e Emiliano de Camargo David, a partir do reconhecimento da colonialidade como base fundante da sociedade brasileira, em suas dimensões racista e patriarcal, atualizada no âmbito das políticas sobre álcool e outras drogas no Brasil, destacam-se os riscos da (possibilidade de) regulamentação da maconha reforçar a desproporcionalidade racial, mantendo a condição de “carne mais barata do mercado” (Elza Soares), não levando em consideração medidas de reparação social e equidade para com os que mais sofreram as consequências de uma Guerra que nunca foi às Drogas, mas durante décadas, não fez mais do que criminalizar e encarcerar a população negra, “que vai de graça pro presídio / e pra debaixo do plástico / E vai de graça pro subemprego / e pros hospitais psiquiátricos”!

A questão das mulheres nas políticas sobre drogas é tratada aqui em dois artigos: em *Redes vivas de saúde frente às maternidades sequestradas*, de Isadora Simões de Souza e Maria Cristina Gonçalves Vicentin, se denuncia o sequestro de maternidades praticado pelo Estado junto a mulheres vulnerabilizadas, em situação de rua e usuárias de crack. Apontam como caminho de enfrentamento a constituição e fortalecimento de redes vivas de saúde. Noutro, *Sobre mulheres e o tráfico de drogas: uma abordagem interseccional sobre as apreensões de drogas em Recife/PE*, de Magda da Silva Figueiroa, Antonio Gomes de Castro Neto e Jorge Lyra, se analisa a experiência de mulheres envolvidas com o tráfico de drogas, questão premente para as políticas da área, uma vez que a maioria das mulheres encarceradas no país o foram por ações relacionadas ao tráfico de drogas, tendo o

proibicionismo como uma mola propulsora da desigualdade de gênero e feminização da pobreza.

Em *Um balanço da "questão" das drogas no início do terceiro governo Lula*, de Pedro Henrique Antunes da Costa, demonstra-se de maneira contundente as “contra(-)adições” do mesmo em relação à Reforma Psiquiátrica, à Luta Antimanicomial e ao próprio Sistema Único de Saúde (SUS). Nunca antes na história desse país tivemos tamanha hegemonia manicomial, repressiva e criminalizadora das políticas (ou corpos específicos?) sobre álcool e outras drogas, tendo as Comunidades Terapêuticas como sua maior expressão.

Entre criminalização e medicalização: um estudo do consumo de crack no Brasil, de Mariana Melli e Melissa Rodrigues de Almeida, discute a perpetuação do entendimento do fenômeno como patologia ou desvio moral e aponta que, mesmo prevalecendo o modelo biomédico se tem - ainda e novamente - as Comunidades Terapêuticas como aliadas a essa perspectiva de controle de setores da classe trabalhadora, relegada, qual Pedro Pedreiro (Chico Buarque) a “esperar o trem”.

Por fim, o tema da Redução de Danos (RD) é abordado, em *Redução de danos e chemsex em aplicativos voltados para HSH*, de Marina Del Rei e Rubens de Camargo Ferreira Adorno, como uma prática de cuidado e prevenção para uma modalidade de uso de substâncias psicoativas conceituada recentemente, a chamada *chemsex*, dentro de um contexto de redes sociais. Outrossim, em *A redução de danos como antídoto para as políticas de inimizade: caminhos decoloniais*, de Vinicius Tonollier Pereira, Simone Mainieri Paulon e Moises Romanini, é apresentada enquanto possibilidade de modos afirmativos da vida, sustentados por e através do uso de substâncias, a partir do laço social, na produção do comum e fortalecimento da potência de si (*conatus*) no encontro com o outro, no coletivo e nas amizades, pautada em uma perspectiva decolonial no âmbito de um CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas).

Entendemos que esse Dossiê cumpriu seus objetivos. Apresenta a temática “droga” de forma PLURAL. Ratifica o recrudescimento da sanha manicomial, proibicionista e conservadora - que sempre se regenera - em torno do debate e da agenda política, com suas diferentes marcas de classe, raça e gênero, numa afronta à perspectiva de fazer valer os Direitos Humanos no cotidiano de nosso país. Mas também e principalmente, contribui fazendo aparecer linhas de fuga do instituído, do estabelecido! Oxalá sua leitura possa ‘provocar’ (novas) reflexões e inspirar outras práxis aliadas à produção da Diferença!

SOBRE OS ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Edson Olivari de Castro possui graduação em Psicologia (PUC/SP - 1985), Mestrado (1992) e Doutorado (2002) em Psicologia Clínica pela PUC/SP. Trabalhou em consultório particular até 2010 e exerce a docência no magistério superior desde 1986. Foi professor em tempo de dedicação parcial na UNIMEP, onde supervisionava estágios em Saúde Mental, participava do Comitê de Prevenção à Dependência Química. Foi sócio fundador da Associação Livre

Instituto de Cultura e Psicanálise - Piracicaba/SP, onde dava supervisão, ministrava cursos e organizava eventos. Foi supervisor clínico-institucional do Centro de Referência da Mulher, da Tempo de Viver (Centro de Educação do Autista) e do CAPS Infanto-juvenil em Americana/SP e do CAPS I de Santa Gertrudes. Foi Avaliador de cursos de graduação pelo Basis/Sinaes/INEP. É Professor Assistente Doutor aposentado na Unesp/Bauru, tendo atuado como Chefe do Departamento de Psicologia (2013-2017) e Supervisor do Centro de Psicologia Aplicada (CPA) da FC/Bauru (2021-2023). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica, atuando principalmente nos seguintes temas: psicanálise, saúde mental, arte, educação, drogas, grupos e instituições, subjetividade e contemporaneidade.

Marcelo Dalla Vecchia possui graduação em Psicologia (Unesp/Bauru), Mestrado e Doutorado em Saúde Coletiva (Unesp/Botucatu) e Pós-Doutorado em Psicologia com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Desenvolveu investigações acerca da reforma psiquiátrica brasileira e do campo de álcool e outras drogas no contexto da Saúde Coletiva, com base na experiência pregressa na área de saúde mental e atenção primária à saúde. Dedicar-se atualmente ao ensino e à pesquisa sobre o trabalho com grupos e os processos grupais na Psicologia Social Latino-Americana, enfocando contribuições de obras e de autores da teoria histórico-cultural (psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e psicologia sócio-histórica).

4

Marcos Muniz de Sousa é psicólogo e psicanalista. Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela PUC-SP. Pesquisador nas áreas de políticas públicas sobre álcool e outras drogas, saúde mental e Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Silvio Yasui é psicólogo, doutor em Saúde Pública pela ENSP-FIOCRUZ, Livre-Docente em Psicologia e Atenção Psicossocial pela Unesp, professor associado do Curso de Psicologia da UNESP – Assis e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UNESP-Assis. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Mental, atuando principalmente nos seguintes temas: atenção psicossocial, reforma psiquiátrica e saúde mental.